

Educação para a Cidadania Global AS 4 DIMENSÕES

Para aprofundarmos a reflexão da Rede em torno do conceito de Educação para a Cidadania Global, fizemos uma recolha de pequenos textos de apoio sobre **4 dimensões constitutivas da ECG**: pedagógica, trabalho colaborativo, ética, política.

Para cada uma destas dimensões, formulámos duas questões, de modo a que contribuíssem para o desenvolvimento das nossas próprias interrogações e pensamentos.

No **vídeo do educador popular da Costa Rica, Oscar Jara**, podem encontrar uma síntese de como ele vê a ECG (vejam em :<https://www.youtube.com/watch?v=pWHNXVxuaSk>)

DIMENSÃO PEDAGÓGICA

A partir da leitura do documento que se segue,

- reflitamos sobre a questão: porque faz sentido fazer ECG na escola?
- completemos a seguinte frase: **A ECG só é ECG se tiver uma dimensão pedagógica que ...**

“O DESAFIO E A PAIXÃO DE APRENDER”

No âmbito da arte de educar, inspirado no texto de Paulo Freire: “Não há docência sem discência” e dedicado a João Francisco de Souza

Oscar Jara H.

“Quem disse que o educador não tem a responsabilidade de ensinar, é demagogo ou mente ou é incompetente... mas a questão é saber se o ato de ensinar acaba por si só ou, se pelo contrário, o ato de ensinar é apenas um momento fundamental da aprendizagem...”

“Professores” e “alunos”: a aventura de desafiar e de sermos desafiados

Uma das principais contribuições críticas de Freire à pedagogia, que fez com que toda a lógica do processo ensino-aprendizagem fosse repensada, gira à volta da afirmação de que não é possível transmitir ou transferir conhecimentos de uma pessoa para outra, afirmação central onde se sustenta toda a visão “bancária” da educação. E não é possível porque a transmissão unilateral de informação, que é logo memorizada e repetida, não constitui um facto educativo nem produz realmente conhecimento. Tal não é possível, porque o conhecimento é sempre um processo ativo no qual as pessoas acedem às novas informações a partir das informações que já possuem, desenvolvendo processos de identificação, associação, símbolos, generalização, reafirmação ou negação entre os velhos conhecimentos e as novas informações.

É por isso que desde a educação popular concebemos a aprendizagem como uma tarefa criativa onde se constroem e reconstroem conhecimentos, mas principalmente onde nos formamos e formamo-nos de novo como pessoas, como sujeitos capazes de pensar, de sentir, de fazer, de transformar. E, como tal, não se pode reduzir o ensino a um simples tratamento de conteúdos, pois este leva a cabo todo um rico e completo processo onde se produzem as condições para que possamos aprender criticamente. Freire diz: *“Essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes... os educandos vão-se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução ao lado do educador, igualmente sujeito do processo”*

Gerar condições para a aprendizagem crítica pressupõe um papel integral de compromisso por parte do educador ou da educadora com todo o processo de construção de capacidades, pelo que exige a disposição de assumir o risco de partilhar pesquisas e perguntas e não só afirmações ou negações; reconhecer que não se tem todas as respostas e estimular o sentido crítico de pesquisa, de preocupação, de não conformismo: *“O educador democrático não pode negar-se ao dever de, na sua prática docente, reforçar as capacidades críticas do educando, sua curiosidade, sua insubmissão” (idem).*

É por isso que o papel de um professor democrático é considerado mais como sendo o papel de um **desafiador** e não o papel de um “facilitador”. (...)

Ao pensar como se fossemos “desafiadores” ou “desafiadoras”, colocamo-nos no papel de atores e atrizes do processo, ou seja, somos sujeitos ativos e comprometidos com as pessoas com quem trabalhamos, com o contexto de cada uma, com os seus dilemas, com as suas opções e possíveis alternativas. Por isso, talvez o nosso primeiro “desafio” venha do grupo. São estas pessoas que nos desafiam com as suas perguntas, os seus interesses (ou desinteresse), os seus conhecimentos, as suas afirmações ou contestações sobre os conteúdos que têm de ser trabalhados; a perceção que têm de nós referente ao nosso papel, às nossas capacidades e comportamentos; as suas expectativas, palavras ou silêncios... a simples presença destas pessoas num espaço educativo constitui por si só um desafio para todos nós.

Sentirmo-nos desafiados/as pelo grupo de estudantes com quem trabalhamos, é, talvez, a primeira atitude democrática que podemos utilizar para conceber **condições e disposições de aprendizagem** para, como diz Freire, “criar possibilidades” para a produção ou construção do conhecimento: saber que não se conhece, ao certo, tudo sobre dos conteúdos que devem ser tratados; saber que as pessoas do grupo também têm os seus conhecimentos, as suas dúvidas e as suas exigências; porém, ao mesmo tempo saber que podemos enfrentar este desafio porque nos preparámos da melhor forma possível: temos informações, critérios, ferramentas e procedimentos para abordar, com criatividade e crítica, o assunto que deve ser estudado. Resumidamente, é adotarmos a posição de diálogo entre “professores/as e **estudantes**”.

In Rizoma freireano • Rhizome freirean - In. 4 • 2009 • Instituto Paulo Freire de Espanha

DIMENSÃO DE TRABALHO COLABORATIVO

A partir da leitura do documento que se segue,

- reflitamos sobre a questão: porque é que o trabalho colaborativo/o trabalho em rede pode ser algo fundamental quando falamos de ECG?
- completemos a seguinte frase: **A ECG só é ECG se tiver uma dimensão de trabalho colaborativo que ...**

“ENTENDENDO O TRABALHO COLABORATIVO EM EDUCAÇÃO E REVELANDO SEUS BENEFÍCIOS”

Magda Floriana Damiani

(...)

A importância do trabalho colaborativo entre professores

(...) Norwich e Daniels (1997) propõem que se analise a forma de enfrentar as dificuldades do trabalho docente a partir de dois parâmetros principais complementares e inter-relacionados: engajamento ativo, que se refere à maneira pela qual os professores tentam proporcionar, a todos, oportunidades de aprendizagem de boa qualidade; e nível de tolerância, que diz respeito aos limites dos desafios que os professores conseguem enfrentar.

Daniels (2000) argumenta que as culturas de trabalho colaborativo são importantes ambientes para a promoção de trocas de experiência e, conseqüentemente, de aprendizagens, promovendo incremento nesses parâmetros. Segundo Araújo (2004), quando o que denomina “cultura de coletividade” é instaurada, as pessoas nela envolvidas passam a reconhecer o que sabem, o que os outros sabem e o que todos não sabem - atitudes que resultam na busca de superação dos limites do grupo. Nono e Mizukami (2001) salientam a importância do compartilhamento de experiências entre professores, explicando que pode favorecer o desenvolvimento da destreza na análise crítica, na resolução de problemas e na tomada de decisões.

A partir do que foi exposto, pode-se pensar que o trabalho colaborativo entre professores apresenta potencial para enriquecer sua maneira de pensar, agir e resolver problemas, criando possibilidades de sucesso à difícil tarefa pedagógica. Esse tipo de trabalho vem sendo considerado importante a ponto de Hargreaves, citado por Engeström (1994, p.45), afirmar que ele pode “modificar radicalmente a natureza do pensamento do professor”. Entretanto, ao longo da história, os professores vêm trabalhando individualmente e essa tendência parece não ter mudado.

(...)

Pensando nisso, é importante observar que, ao valorizar o trabalho colaborativo, não se nega a importância da atividade individual na docência. Como Fullan e Hargreaves (2000, p. xi), defende-se a reconciliação dos dois tipos de atividades – grupais e individuais – entendendo que qualquer delas, sem a outra, limita o potencial de trabalho dos professores.

O que dizem as pesquisas sobre os efeitos do trabalho colaborativo entre professores

(...)

Em relação à formação continuada, Lacerda (2002) ressalta a diferença entre a organizada pelos próprios professores, em conjunto, e a disponibilizada por meio de cursos organizados por órgãos administrativos que, usualmente, não consideram os professores como produtores de conhecimento e são estruturados apenas como fontes de transmissão de informações. A pesquisadora, que escreve sobre os ganhos resultantes de um grupo de estudos organizado por professoras alfabetizadoras, acredita que todos os profissionais da educação, não obstante suas concepções, trajetórias pessoais e conhecimentos, podem se organizar e gerir seu próprio processo de formação continuada. Essa ideia é confirmada pelo trabalho de Rausch e Schindwein, que também investigaram os efeitos das discussões grupais por professoras que visavam refletir sobre suas práticas. As autoras explicam que:

Para que os professores ressignifiquem a sua prática é preciso que a teorizem. E este movimento de teorizar a prática não se efetiva somente com treinamentos, palestras, seminários, aulas expositivas, mas, muito mais, quando há uma relação dinâmica com a prática deste professor a partir de uma reflexão coletiva, auto-reflexão, pensamento crítico e criativo, via educação continuada. É preciso desencadear estratégias de formação processuais, coletivas, dinâmicas e contínuas. Refletir com os demais professores e compartilhar erros e acertos, negociar significados e confrontar pontos de vista surge como algo estimulador para uma prática pedagógica comprometida. (RAUSCH e SCHLINDWEIN, 2001, p. 121).

A esses resultados, podem-se acrescentar os obtidos por Santos (2006), que avalia os efeitos do trabalho de uma coordenadora pedagógica que realiza sua prática de maneira participativa, incentivando o trabalho colaborativo com e entre os professores de uma escola particular de idioma estrangeiro. Os dados dessa pesquisa revelam que os professores da instituição valorizam o trabalho conjunto, que, segundo informam, leva-os a se sentirem respeitados e valorizados, assim como a desenvolver sua autonomia.

Com o objetivo de iniciar professores em relação à utilização de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) na Educação Especial, a pesquisa de Beck (2004) também presta testemunho à importância do trabalho desenvolvido por meio de discussões e atividades

grupais. A autora argumenta que não basta ter computadores ligados à internet, por exemplo, para garantir que eles serão efetivamente utilizados e incorporados na prática escolar. É necessário um trabalho de reflexão coletiva para que essa mídia traga novos elementos à, já bastante atribulada, vida do professor.

(...)

In Educar, Curitiba, n. 31, p. 213-230, 2008. Editora UFPR

DIMENSÃO ÉTICA

A partir da leitura do documento que se segue,

- reflitamos sobre a questão: porque faz sentido procurar olhar os desafios da atualidade a partir dos princípios e dos valores da ECG?
- completemos a seguinte frase: **A ECG só é ECG se tiver uma dimensão ética que ...**

EDITORIAL: “EDUCAR NUM MUNDO CHEIO DE DESAFIOS”

Hoje em dia, não podemos dizer que as pessoas não estejam conscientes do processo de globalização e interdependência no qual está imerso o nosso mundo. Sabemos que a roupa que vestimos, os alimentos que comemos, a luz que chega a nossa casa, os telefones com os quais comunicamos, o papel dos livros que lemos... tudo tem ligações que vão muito para além do nosso país ou continente e que obedecem a um complexo emaranhado de relações à escala mundial.

Estas relações interdependentes, este mundo globalizado, oferecem, sem dúvida, grandes vantagens e avanços (na tecnologia, na medicina, no progresso dos direitos...), mas também deram origem a uma maior diferenciação em relação ao acesso aos recursos, gerando maiores desigualdades e novas formas de violência e exclusão.

(...)

É neste mundo, cheio de desafios, que nós, como educadores e educadoras, temos um papel fundamental: desenvolver novas maneiras de nos relacionarmos, pondo a dignidade humana no centro e construindo um modelo de sociedade global inclusiva e equitativa, dando importância ao quadro global de desenvolvimento assinalado pelos ODS.

Pode parecer um grande desafio para a educação, mas esta tem precisamente entre os seus fins e prioridades “o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. Promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, e promoverá o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz” (art. 26 da Declaração dos Direitos Humanos).

Ao educar, não podemos esquecer o contexto em que educamos. Não podemos esquecer hoje as pessoas refugiadas que batem às portas da Europa, nem as pessoas que hoje em dia se veem imersas em situações de vulnerabilidade e exclusão, tanto as que estão próximas da nossa aldeia, cidade ou bairro, como as que estão longe na Síria, no Sudão do Sul, ou na Índia.

Ao educar, juntamente com o contexto, temos de ter em conta as capacidades, as habilidades e os valores que emanam da nossa forma de educar: compreensão, tolerância, amizade, paz... desenvolvidos em ambientes de respeito, liberdade e participação.

(...) a educação para uma cidadania global é hoje mais pertinente que nunca. Educar cidadãos e cidadãs globais implica que os educadores e educadoras acompanhem pessoas que:

- Compreendam e integrem as dimensões espacial (diferença entre local e global) e temporal (as relações entre passado, presente e futuro) na análise dos processos globais a nível político, social, cultural, tecnológico e do meio ambiente.

– Sejam conscientes do papel da cidadania e se sintam com direitos e responsabilidades em relação à busca de alternativas e à experimentação de novos modelos sociais; acreditem que os modelos sociais, políticos, económicos e culturais são um produto cultural e, por isso, suscetíveis de serem mudados mediante uma ação consciente e intencional das pessoas.

– Reconheçam a dignidade e os direitos fundamentais de todo o ser humano e assumam como critérios de atuação os valores da igualdade, solidariedade, justiça, liberdade, etc...

- Participem e se comprometam ativamente na vida cidadã, nos seus diferentes níveis (*local e global*), para que se alcance um mundo mais justo, mais inclusivo e mais humano.

– Tenham interesse em conhecer e refletir criticamente sobre os problemas globais e como estamos afetados por eles.

– Assumam hábitos, costumes e estilos de vida coerentes com os valores que defendem, e que tornam possível a construção de um mundo mais justo, solidário e sustentável.

– Respeitem, valorizem e celebrem a diversidade.

– Se indignem, reflitam individual e coletivamente e atuem construtivamente para transformar a injustiça social e a exclusão.

– Apoiem, promovam e trabalhem em rede, com pluralidade de atores e procurando a geração de espaços de encontro.

Em conclusão, educar e acompanhar pessoas que saibam fazer frente e tomar posição diante dos desafios que o nosso mundo nos coloca hoje em dia.

Nesta linha da **Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global** como processo transformador, apresentamo-vos o número 8 da revista, onde se abordam diferentes temáticas relacionadas com a situação sócio-histórica, política, cultural e educativa em que vivemos. (...)

Um número 8 repleto de propostas metodológicas e abordagens de estudo e de investigação para a EPD e a CG que permitam abrir novos caminhos para o desenvolvimento deste conceito e a sua inclusão de forma transversal nas políticas educativas que permitam desenvolver capacidades, ideias e ações transformadoras, com um destaque para os Direitos Humanos.

In *EDUCACIÓN GLOBAL RESEARCH (EGR)*, N.º 8, setembro de 2015

DIMENSÃO POLÍTICA

A partir da leitura do documento que se segue,

- reflitamos sobre a questão: porque é que olhar para as causas dos problemas atuais implica ir além do contexto local?
- completemos a seguinte frase: **A ECG só é ECG se tiver uma dimensão política, isto é, que implique uma transformação do estado atual das coisas que ...**

“É POSSÍVEL INVERTER A 'ECONOMIA PARA O 1%'?”

Helena Oliveira

Os países pobres perdem, no mínimo, cerca de 170 mil milhões dólares anuais, porque os indivíduos mais ricos e as multinacionais mais poderosas estão a colocar quantidades crescentes de dinheiro nos paraísos fiscais, um dos motivos principais para que a desigualdade tenha atingido os níveis mais elevados dos últimos 100 anos. Em todo o mundo, os salários dos trabalhadores “normais” estagnaram, ao mesmo tempo que os dos CEOs cresceram mais de 50%. Se é possível inverter esta lógica imoral? Com muita vontade, sim. E é o que se apela aos líderes globais.

Para quem leu na imprensa esta semana ou no artigo em destaque nesta *newsletter* que as 62 pessoas mais ricas do planeta auferem a mesma quantidade de riqueza que a metade mais pobre da população mundial, decerto que esta “equivalência desigual” não será facilmente esquecida. O mesmo acontece com os que também ficaram a saber que aqueles que pertencem ao 1% mais rico do mundo detêm o mesmo que “todos os outros restantes”, sendo que nestes 99% estamos, todos nós, indubitavelmente, incluídos.

Mas também é verdade que, no mar infinito de informação em que nos afogamos todos os dias, e face a questões que mais diretamente nos afetam, esta inacreditável e vergonhosa realidade em breve será substituída por outra. Sim, o mundo é injusto, sim, os ricos não deviam ser tão ricos, nem os pobres tão pobres, mas que podemos nós fazer para ir contra inevitabilidades desta natureza? À primeira vista, nada. Se os líderes globais se sentam à mesa e discutem, entre pratos bem recheados e copos bem regados, estas questões – categorizadas como “problemas no topo da agenda” – e nem eles, com todo o seu poder, económico e/ou político, conseguem mudar o *status quo*, quem mais o poderá fazer?

(...) “Como é que isto aconteceu e porquê” são duas perguntas que o [relatório da Oxfam](#) apresentado em Davos tenta responder, para além de sintetizar vários “apelos urgentes” aos 2500 participantes que, desde quarta-feira, ocupam a luxuosa estância de ski situada na Suíça.

(...) “O nosso mundo não tem escassez de riqueza. Apenas não faz sentido, em termos económicos – e morais – que exista tanta nas mãos de tão poucos. A Oxfam acredita que a humanidade pode fazer melhor do que isto, que existe talento, tecnologia e imaginação suficientes para se construir um mundo melhor. Temos a possibilidade de construir uma economia mais humana, na qual os interesses da maioria sejam colocados em primeiro lugar. Um mundo onde possa existir trabalho decente para todos, no qual homens e mulheres sejam iguais, onde os paraísos fiscais passem a ser apenas mencionados em livros de história e no qual os mais ricos paguem uma parcela justa para apoiar uma sociedade que beneficie toda a gente”.

O VER sintetiza “o como e o porquê” de a desigualdade atual ter atingido os níveis mais elevados nos últimos 100 anos.

Poder, privilégios e influência estimulam a concentração de riqueza

Os responsáveis do relatório “[An Economy for the 1%](#)” identificam – e sustentam devidamente a sua pesquisa em conjunto com inúmeros estudos de entidades credíveis – vários fatores que explicam a imoral desigualdade que grassa no mundo em pleno século XXI – a mais severa, segundo estimam, dos últimos 100 anos. Se é verdade que, nos últimos 30 anos, a dimensão da economia global mais do que duplicou, os benefícios deste crescimento chega – e como já se percebeu – às mãos de muitos poucos.

(...)

Identificados alguns dos motivos que explicam o porquê do aumento da desigualdade global, a verdade é que os “extremamente ricos” estão bem e recomendam-se e o mesmo acontece com os seus “seguidores” na cadeia da riqueza. Estima-se que até 2018 existam cerca de 18 milhões de milionários espalhados pelo mundo, os quais controlarão cerca de 76 triliões de dólares em ativos financeiros pessoais. O que se traduz num aumento de 49% face aos valores da atualidade.

(...)

Da economia que exclui para a inclusão e justiça

(...) A parcela respeitante aos rendimentos do trabalho, comparativamente aos do capital, está em declínio, o fosso existente entre os salários e a produtividade está a crescer a desigualdade de rendimentos está a abrandar o crescimento na sua totalidade, prejudicando significativamente os mais pobres e impedindo que milhões de pessoas “ultrapassem” a linha da pobreza.

Alertando que são os governos, em particular, que têm de lutar em prol dos cidadãos, representando a sua vontade e não os interesses dos grandes negócios, o relatório em causa

faz um apelo aos líderes globais presentes em Davos para que se comprometam com os seguintes princípios:

- **Remunerar os trabalhadores para que possam ter uma vida digna e reduzir o fosso salarial entre empregados “normais” e executivos de topo**
- **Promover a igualdade económica para as mulheres bem como os seus direitos**
- **Controlar a influência das elites poderosas**
- **Alterar o sistema global de I&D e o preço dos medicamentos para que toda a gente possa beneficiar de cuidados de saúde apropriados e acessíveis**
- **Repartir a carga fiscal de forma justa para nivelar e criar condições equitativas**
- **Utilizar, de forma progressiva, a despesa pública para combater a desigualdade**
- **Como prioridade máxima, a Oxfam apela a todos os líderes mundiais que concordem com a implementação de uma abordagem global para que a era dos paraísos fiscais chegue ao fim**

In Portal Ver, Jan 21, 2016: <http://www.ver.pt/e-possivel-inverter-a-economia-para-o-1/>